

O 1º de maio é dos trabalhadores

» JOSÉ CARLOS OLIVEIRA
Ministro do Estado do Trabalho e Previdência



Historicamente, o primeiro dia de maio é uma data reservada para a merecida celebração dos trabalhadores em quase todo o mundo. No Brasil, no entanto, a data foi de certa forma sequestrada por sindicatos e partidos que defendem os trabalhadores apenas no discurso. Na prática, no entanto, o que temos visto são tentativas de regredir nos avanços trabalhistas conquistados nos últimos anos. A bem da verdade, é que quem propõe esses retrocessos está interessado não nos direitos dos trabalhadores, mas sim em seu dinheiro, por meio do imposto sindical.

Os sindicatos têm, sim, um papel legítimo. Mas é fundamental, porém, que a contribuição do trabalhador seja espontânea e voluntária, quando ele entender que está sendo legitimamente representado. E não de forma compulsória. No governo do presidente Jair Bolsonaro, o Brasil teve um crescimento significativo na atividade laboral. A geração de emprego no país em 2021, por exemplo, foi a maior dos últimos 10 anos, com 2,7 milhões de saldo positivo de vagas formais de trabalho. Isso em meio a uma pandemia que atingiu a economia do mundo inteiro.

A taxa de ocupação também bateu recorde e hoje temos mais de 95 milhões de brasileiros

desenvolvendo alguma atividade laboral. Temos ainda, nesse contingente, uma taxa de cerca de 40% de pessoas na informalidade e, por isso, o governo federal, por meio do Ministério do Trabalho e Previdência, vem trabalhando para que cada vez mais brasileiros ingressem no mercado formal. Recentemente lançamos o Programa Renda e Oportunidade (PRO), que abarca uma série de medidas para alavancar a retomada do emprego e da economia no país.

O conjunto de ações deve gerar renda e aumentar o poder de compra dos brasileiros, especialmente entre os de menor renda. Mais de R\$ 150 bilhões devem ser injetados em nossa economia. São ações como o saque extraordinário do FGTS; Microcrédito Digital; adiantamento do 13º do INSS; empréstimo consignado, entre outras medidas. Além disso, o governo prepara para próxima semana ações voltadas para as mulheres, os jovens e os trabalhadores rurais.

Neste ano também, o Ministério do Trabalho e Previdência revisou mais de mil normas, decretos e instruções normativas, enxugando o arcabouço formal e transformando todo esse emaranhado de regras em apenas 15 atos normativos. Com isso, cumprimos uma determinação de nosso presidente de “tirar o Estado do cangote da população”. O resultado é a melhora

do ambiente de negócios, a simplificação e a desburocratização e, principalmente, a geração de emprego, renda e oportunidade para a população brasileira. Nosso objetivo maior.

Outro foco do Ministério do Trabalho e Previdência tem sido a construção de uma proposta para regulamentar os serviços prestados por trabalhadores vinculados a plataformas de aplicativo. O texto deve ser apresentado ainda este ano para discussão no Congresso Nacional. O normativo deve equilibrar as necessidades dos prestadores, das empresas e, também, dos consumidores desses serviços. Com um norte muito claro: ouvir a todos os envolvidos e construir, por meio do diálogo, a melhor proposta. Desde o início de nosso governo, o saldo positivo de postos formais de trabalho gerados no Brasil é de mais de 3,8 milhões de vagas. Apenas no primeiro trimestre de 2022 já temos um saldo de mais de 615 mil vagas com carteira assinada.

Temos feito muito e sabemos que ainda há muito por fazer. Mas, sob o comando de nosso presidente, vamos seguir trabalhando para que o Brasil continue crescendo, gerando oportunidades e melhorando a vida de cada brasileiro. Essa missão nos incentiva e nos move diariamente na busca de um país cada vez mais próspero para nossos trabalhadores.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Fake, fake, fake

Que decisões irão tomar os ministros do Supremo, tendo à frente o relator das fake news, quando as investigações deflagradas por essa egrégia corte demonstrarem, de forma cabal, que as fontes principais por onde jorra em grandes torrentes a água suja das notícias falsas estão localizadas em terras da esquerda?

Essa é apenas uma questão que pode definir muito o comportamento desses juízes frente a verdades insólitas. O que se sabe até o momento é que essas práticas criminosas compõem hoje um arsenal de ambos os lados ideológicos, embora a patente dessa invenção pertença originalmente às esquerdas, sendo, inclusive, um dos itens constantes nas cartilhas políticas dessas facções.

É preciso observar toda a cena de longe. As nuances entre verdades e mentiras, inclusive as chamadas pós-verdades e mentiras sinceras. De fato, a mentira é um dos componentes fundamentais do ambiente político. Sem esse recurso, encontrado em todo o mundo animal, como mostram as camuflagens e outros mecanismos biológicos para encontrar alimentos e se proteger, o que seria da vida sobre a Terra? Sem mentiras não se faz política. Muito menos em um país como o nosso, onde as fronteiras entre o certo e o errado são como fumaça.

Fôssemos levar ao pé da letra a criminalização das fake news, seria preciso colocar no xadrez, praticamente, cada político sobre cada palanque. Cada marqueteiro. Cada veículo de propaganda. Cada instituto de pesquisa de opinião. Nada é mais mentiroso do que uma Justiça que jamais atinge os poderosos. De todas as centenas de milhares de presos agora em nossas penitenciárias, não há um único representante de colarinho branco, nenhum corrupto. Essa não é apenas uma constatação, mas uma farsa e uma demonstração de que vivemos na Terra do Nunca, onde a verdade é sempre o que dizem os poderosos.

Infelizmente, esse não é um problema apenas nosso. Parece atingir todo o mundo, a começar pelo midiático, onde figuras tornam-se celebridades da noite para o dia e do mesmo modo são canceladas. Aqui na capital, toda a feira de importados é fake. A picanha do McDonald's é fake. A alma mais honesta deste país é fake, os impostos pagos não trazem progresso para a vida da população.

Assim como é fake o patriotismo dos eleitores, ao elege-mos mentirosos de várias estirpes ideológicas, apenas por sadismo. Não há lugar que se possa olhar neste mundo sem que os traços da mentira estejam presentes. As motivações para a Rússia invadir a Ucrânia são fakes. O comportamento da ONU frente a um problema dessa dimensão também é fake. O que não é fake nesse caso são as milhares de mortes de jovens dos dois lados. O que não é fake em nosso país é a miséria que aumenta.

Vivemos tempos estranhos em que já não existe certeza alguma. Mesmo o aquecimento global fez do clima, anteriormente funcionando como um relógio suíço, virar uma incerteza e uma fake news. Se ainda formos olhar pelo ponto de vista do consumidor, verificaremos que a grande maioria das empresas prestadoras de serviços são fakes, entregando produtos de má qualidade a preços altos, principalmente as que não têm concorrência. Também são fakes os nossos órgãos de fiscalização da saúde, da aviação, das telecomunicações e muitos outros.

Estivéssemos em uma monarquia onde o rei fosse um ardente adepto da ética, com certeza ele diria do alto de seu castelo: saiam todos com as mãos para cima. Estão todos presos.

» A frase que foi pronunciada

“Ponte é coisa para tempo de gasolina barata. Brasília precisa de metrô decente por toda a cidade.”

Yuri, turista na Praça dos Três Poderes

Peixe Vivo

» Vejam na *Blog do Ari Cunha* uma foto inusitada para os dias de hoje. Na Escola Classe da 308 Sul, as crianças à espera da abertura do portão tocam flauta e se divertem fazendo dueto. É uma imagem que dá esperança de um mundo melhor.

Comunidade unida

» Já acabaram com o complexo aquático do Defer Cláudio Coutinho, agora é preciso que a comunidade lute pelo resgate do Clube de Vizinhança da Asa Norte. Entenda tudo indo à Super Feijoada no clube (vai ter vegana também) que vai acontecer no dia 7 de maio. A venda dos ingressos será feita até o dia 5 de maio.

» História de Brasília

Esta, é a situação do regime. Os ministros vêm a seu gabinete de trabalho uma vez por semana e passam o resto dos dias no gabinete político, atendendo aos contêrreos no Rio, mandando verbas para seus municípios, fazendo cartas para amigos. (Publicada em 23.02.1962)

Sindicato para quê?

» RONALDO LIMA DOS SANTOS

Procurador Regional do Trabalho e coordenador Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social do Ministério Público do Trabalho

» JEFERSON LUIZ MACIEL RODRIGUES

Procurador do Trabalho, vice-coordenador Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social do Ministério Público do Trabalho

Num mundo cada vez mais complexo, de uma sociedade de consumo, individualizada e dominada pela velocidade das informações, muitos se questionam sobre o papel das entidades sindicais. A ideia do que hoje se compreende por sindicato é fruto de um processo histórico de organização dos trabalhadores para a conquista de direitos e melhoria das suas condições de vida.

Praticamente todos os direitos trabalhistas e sociais, como limitação da jornada de trabalho, 13º salário, férias, descanso semanal remunerado, adicionais salariais — hora-extra, noturno, insalubridade, periculosidade e aposentadoria —, foram fruto de uma longa e histórica luta da organização coletiva dos trabalhadores, principalmente por meio das entidades sindicais. Se muitos direitos trabalhistas estão previstos hoje em lei é porque foram conquistados pela classe trabalhadora organizada e somente após reconhecidos pelo Estado.

Ainda que garantidos em lei, os sindicatos continuam a exercer importante papel

na luta contra a redução ou a retirada dos direitos sociais, perante os empregadores ou contra as políticas governamentais que visam a sua eliminação, muitas vezes ocultas por nomes como “flexibilização” ou “modernização” das leis trabalhistas. A Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), por exemplo, com o discurso de modernização e criação de empregos, promoveu a precarização da situação dos trabalhadores.

Pesquisas recentes demonstram que aproximadamente 70% dos trabalhadores ainda desconhecem que, com exceção do salário mínimo, um aumento salarial não decorre de política de governo, mas sim de negociação direta entre o sindicato e o empregador. Ou seja, sem a intervenção do sindicato, raramente se tem uma reposição da inflação ou um aumento salarial.

Por força dos trabalhadores organizados, muitas categorias possuem um salário mínimo diferenciado, o piso salarial. Alguns pisos, por exemplo, chegam ao patamar de mais de três vezes o valor do salário mínimo nacional.

Determinadas verbas trabalhistas, como participação nos lucros e resultados, dependem de negociação coletiva e de sua previsão em um acordo ou convenção coletiva para que possam ser pagas pelos empregadores aos trabalhadores (Lei nº 10.101/2000).

Além disso, várias categorias conquistaram direitos como adicional por tempo de serviço, estabilidade no emprego — como garantia de emprego pré-aposentadoria —, planos de saúde e planos odontológicos, e a extensão desses planos para períodos posteriores ao término do contrato de trabalho, adicionais de horas extraordinárias, noturno, de insalubridade e periculosidade acima dos percentuais previstos em lei.

Não bastassem essas conquistas, muitas entidades sindicais oferecem serviços de saúde, odontológico, cursos de qualificação, assistência jurídica, colônias de férias, entre outros serviços sociais aos trabalhadores. Sindicato para quê? Para dar voz, lutar e negociar por você. Valorize o seu sindicato, pois, sem ele, o negociado pode ser você.